

# O Padre Serafim Leite e a língua tupi

Em pontos atinentes à lingüística indígena o Pe. Serafim Leite arcou penosamente, ao longo da sua laboriosa trajetória de historiador, com a imprecisão de certos termos da dialetologia tupi, somada com idéias e preconceitos hauridos durante a fase inicial da sua vida na Amazônia.

Não sendo lingüista, sempre sobrestimou o *nheengatu*, remanescente hodierno da língua-geral dos tempos coloniais, do brasileiro, dialetos semicivilizados, como adjuvantes na interpretação de termos e textos antigos. Tal como a maioria dos

pseudo-entendidos nunca chegou a ter concepção muito clara das diferenças marcantes entre as três etapas históricas no desenvolvimento da língua tupi literariamente fixadas:

I. O legítimo tupi, a *língua brasilica* dos índios, unificada nos compêndios jesuítas e por eles cultivada, qual nôvo latim, até à sua expulsão, em 1759.

II. O dialeto de transição, a *língua-geral*, que se desenvolveu entre os colonos e agregados sob a influência sempre crescente do português, e,

III. o moderno *nheengatu*, que nunca foi língua original

de qualquer tribo tupi, mas é o desenvolvimento amazônico do *brasiliano* (1), a modalidade da língua-geral do antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Na terminologia não foi, assim, o reformador de velhos conceitos que admiramos em alguns pontos no historiador, mas apenas o tateante adepto do seu tempo e dos cronistas da Ordem, propenso a retificações ocasionais no correr das duas últimas décadas.

Sofrendo, ao iniciar a redação da sua *História*, visível influência de afoita corrente paulista, logo superada, não viu maiores inconvenientes na adoção fortuita do esdrúxulo termo *língua tupi-guarani*, que felizmente tornou a repudiar mais tarde. Entre as primícias daquela época inicial figura um estudo do seu livro *Páginas de história do Brasil* (2), que traz uma série de confusões, ainda parcialmente retificadas em publicações ulteriores.

Da *Língua mais usada na costa do Brasil*, de Anchieta, à *língua-geral* dos cronistas, a distância parece insignificante para a maioria dos leitores; não o é, entretanto, para o lingüista. Repetimos: A "língua mais usada" (Anchieta referia-se aos índios) é a *língua brasílica*, o idioma original dos tupis da costa, enquanto a *língua-geral* é o tupi remanejado na bôca dos portugueses e mestiços.

Infelizmente, o caráter específico da *língua brasílica* não mereceu o devido relêvo de Serafim Leite e com essa falha

escapou-lhe a oportunidade de fazer justiça aos antigos tupinistas da Companhia num ponto tão malsinado, em que urge fixar terminologia moderna e transparente. Muito ao revés, continuando a usar indistintamente o termo *língua-geral* também no sentido de *língua brasílica* e de *qualquer dialeto tupi*, confere-lhe três acepções, prejudicando a clareza da sua exposição em muitos trechos.

A língua-geral de Pero Rodrigues (3) não se confunde com a língua-geral da página seguinte, nem com a de Antônio Pereira (4) e muito menos com a de Teodoro Sampaio e Barbosa Rodrigues (5). E, fôra tão fácil evitar dubiedades pelo emprêgo das denominações restritas: *língua tupi* ou *língua brasílica*, *língua-geral*, *nheengatu*, *dialeto tupinambá*, etc., se, por outro lado, as nossas cátedras universitárias tupis tivessem ministrado orientação mais adequada. Aliás, Serafim Leite notou a discrepância, circunscrevendo em uma referência a denominação *língua-geral* pela nota: "a que os padres fixaram" (6).

A citação de termos e frases tupis foi sempre atração e ao mesmo tempo motivo de desassossêgo para o antigo familiar da terra do nheengatu. Nota-se o seu esforço por penetrar-lhes o sentido e provavelmente nunca soube quão poucas vêzes o conseguiu nos casos onde o próprio texto não o socorria.

Não queremos com estas afirmativas, nem inculcar Serafim

Leite de tôdas as interpretações falhas por êle transcritas, nem exagerar-lhes o número ou as proporções. Destinadas a figurar inocentes galas de ilustração, a sua presença nada acrescenta ou subtrai ao valor da opulenta obra histórica.

Isto pôsto, passemos aos comentários pròpriamente lingüísticos.

#### ABÁ-ETÉ E ABAITÉ

Há, tanto no tupi como no guarani, dois têrmos que, por terem sido considerados inicialmente homógrafos, têm causado uma série de malentendidos. São: *abá-été* e *abaité*, escritos nos compêndios antigos de maneira uniforme *abaeté*.

Baseado em deduções etimológicas ponderáveis e servindo à clareza, distingue-se mais recentemente *abá-été* — *homem grave, homem ilustre* de *abaité* — *terrível, espantoso, fatídico*.

*Terreiro Espantoso* representa-se, pois, em tupi etimológica e foneticamente correto por *ocar-abaité* (7) e *dia-de-juízo* por *ar-abaité* (8) e não por *ocara abaeté* e *ara abaeté*.

#### ABUNA

A página 341 do tomo III. da *História da Companhia* vem citada a seguinte frase de uma carta do Pe. Bettendorff: "Ouvindo que os padres *Abunás*, vestidos de negro, eram protetores dos índios, desceram a pedir auxilio..."

É um trecho que, para boa compreensão, exige uma nota esclarecedora da palavra *abunás*.

Os índios tupis apelidavam os missionários de acôrdo com a roupeta. Os franciscanos e capuchinhos eram chamados *padres gafanhotos*, por causa do capuz, que lembra a conformação da parte superior dianteira dêstes ortópteros.

Os religiosos da Ordem das Mercês eram conhecidos por *padres brancos*, devido à côr da batina. Aos jesuítas davam o nome de *padres de roupa preta*.

*Roupa preta*, em tupi, é *aob-una*, um composto que no *brasiliano*, na língua-geral do Norte, deperce para *obuna*. Entretanto, aplicado aos jesuítas, *obuna* se alterou ali estranhamente para *abuna*, confundindo-se com o legítimo homófono *abuna*, que em tupi significa *cabelo preto!* A população heterogênea de mestiços não atinava mais com o verdadeiro sentido de muitas palavras compostas. Além disso, *abuná*, como acentua Serafim Leite, está em desacôrdo com todos os vocabulários *brasilianos* e mesmo com a *História da Companhia de Jesus no Maranhão*, do Pe. José de Moraes (9). que êle cita.

#### AMANAÍ E JURUPARIAÇU

Na sua *Relação do Maranhão*, de 1608, o Pe. Luís Figueira se refere, entre outros, a dois morubixabas de nomes apenas mencionados na tradução de *Diabo Grande e Algodão*. Sera-

fim Leite não se contenta com cingir-se fielmente ao texto primário, mas, querendo exhibir os seus conhecimentos tupis, apresenta-os por *Jurupariaçu* <sup>(10)</sup> e *Amanai* <sup>(11)</sup>, como se tais nomes fôsem mencionados por Figueira. Foi, porém, infeliz, porque o mestre Figueira não empregaria nenhuma das duas formas.

*Jurupariaçu* pode ser *nheen-gatu*, tupi é que nunca foi, pois aí só se admite *Jurupari-guaçu* <sup>(12)</sup>.

Por sua vez, *algodão* é *amy-nyüü* em tupi e *amanüü* no brasileiro, mas nunca *amanai*, se bem que citado nesta forma pelo Pe. José de Moraes <sup>(13)</sup>, que provavelmente tinha alguns conhecimentos do dialeto brasileiro, mas não era versado em tupi. Basta para prová-lo a sua tradução da palavra *iguazu-mirim* <sup>(14)</sup>.

#### CACAU

Não sabemos onde o Pe. Leite colheu a etimologia da palavra *cacau*: *caá caú ua* <sup>(15)</sup>, por ele atribuída, pela grafia e composição, ao tupi moderno amazonense e naturalmente quer traduzida, mui plausivelmente para o leigo: *fruta de beber do mato*, como se os nossos índios soubessem preparar chocolate. Há muitas etimologias enganosas ou discutíveis, mas esta, que se quer no caso opor a *cacauatl*, de origem mexicana e definitivamente comprovada de longa data, é francamente depreciativa numa obra da gravidade da

*História da Companhia de Jesus no Brasil*.

Não é a única vez em que reminiscências da fase amazônica em sua mocidade armaram traiçoeiras arapucas ao nosso historiador, de pendores um tanto enciclopédicos.

#### CARAIBEBE

*Grande Anjo* não é *carai-bebe* <sup>(16)</sup>, nem *carai-beba* <sup>(17)</sup>. Em tupi traduziram *anjo* por *carai-bebé*, literalmente *santo voador*. Portanto, *anjo-grande* é *carai-bebé-guaçu* <sup>(18)</sup>.

#### CARIBÁ

Indesculpável é a categórica afirmativa de que: "*branco* em tupi é *cariuá* ... e em tupi antigo *caribá*" <sup>(19)</sup>.

Antes do mais, a terminologia científica deve ser concisa, restrita quanto ao alcance. Em lingüística, *tupi* deve restringir-se à *língua brasilica* dos jesuítas <sup>(20)</sup>.

No que diz respeito à sua afirmativa, o Pe. Serafim está redondamente enganado. Vamos mais longe; em cinquenta anos de vagueações tupi-guaranis nunca encontramos a forma *caribá* alhures! O *branco* e, por extensão, o *batizado* em *tupi* é *carai-ba*, que se transformou em *cariba* na *língua-geral* e em *cariua* no *nheengatu*. Respeitamos, isso não obstante a categórica asserção de Serafim Leite de que no Rio Negro se diz *cariuá*, porque no *nheengatu* o impossível acontece.

## EMBU

Nos comentários em torno à aldeia de Embu<sup>(21)</sup>, Serafim Leite perdeu a oportunidade de mostrar a sua argúcia e com ela juntar preciosos esclarecimentos às suas informações.

*Mboy* é forma dialetal vicentina correspondente à tupi *mboyra*, que se traduz por *conta(s)*, *colar*. Dêste termo os nossos índios tupis lançaram mão para traduzir *rosário*: *mboy-caraíba*, literalmente *contas bentas*<sup>(22)</sup>.

Ora, a fazenda *Mboy*, que deu início à localidade, tinha como padroeira a *Virgem do Rosário* e a ela fôra dedicada a capela ali existente. *Mboy* corresponde, pois, a *Rosário*, nome que dá a razão da devoção imposta pela doadora Catarina Camacho.

## PARANAPIACABA

Valiosa lição de morfologia tupi está registrada na página 290 do tomo VI da *História*. Lê-se ali que, ainda em meados do século dezessete, os índios do litoral da Capitania de São Vicente apelidavam o alto da serra de *Paranárepiacaba*. Na mesma página se transcreve uma referência de um contemporâneo, do Pe. Antônio Vieira, onde ocorre a forma *Paranapiacaba*, que se mantém até hoje. Serafim Leite se limitou a pospor às duas formas um *sic*, abstendo-se de comentar a discrepância. Agiu com acerto.

O só registo vale por uma lição de gramática tupi.

## O topônimo é composto de:

*Paranã* — *mar*,  
*epiaca* (r-, s-) — *ver, avistar e*  
*aba* — sufixo verbal substantivador, que aqui se traduz por *lugar de, lugar onde* etc.

O composto dos dois últimos étimos, *epiacaba* — *lugar de onde se vê, o mirante*, tendo por complemento um genitivo, toma a forma relativa, que é *repiacaba*; portanto: *paranã repiacaba* — *o lugar de onde se vê o mar, o mirante do mar*. Esta é a primitiva e legítima forma tupi. Na *língua-geral* usada pelos colonos e os seus descendentes, o nome um tanto extenso não tardou de sincopar-se, perdendo a sílaba *re*, fugindo assim à regra geral do tupi.

## TOBAJARA

Serafim Leite acertou ao decidir-se pela forma *tobajara*<sup>(23)</sup>, aliás *tobaiara* em tupi. Justificamos extensamente esta nossa opinião em *Tupis e Guaranis*, p. 12<sup>(24)</sup>.

## TEXTOS

De quando em vez o Pe. Serafim se aventura a transcrever uma frase tupi extraída de cartas dos missionários jesuítas. Ao fazê-lo, sem reservas, assume as conseqüências da paternidade. Nem todos os padres eram bons tupinistas e muito menos os amanuenses, como se vê nesta citação:

"*Icheraitá pe coá paranáme  
pirá jucabo iande remiurama  
reté*" (25).

Sem repararmos na grafia, há nesta frase dois erros graves. Em lugar de *icheraitá* devia estar *cheraitá* — meus filhos. *Iché* com nomes é pronome absoluto: *eu* (*sou...*). O possessivo da primeira pessoa: *meu* (*s*), *minha* (*s*) é *che*. *Raitá* é a forma relativa do plural no dialeto tupinambá; no tupi se diria *che rayretá*. A última palavra também foi mal apreendida; em lugar de *reté* deve ser *recé* — para.

Isto pôsto, o sentido literal exato da frase é:

"*Meus filhos, ide ao mar a matar peixe para a nossa comida*".

Um exemplo de que mesmo acurados estudos da língua tupi em si não bastam para a perfeita compreensão de certas frases temos no fêcho da *carta dos meninos órfãos ao Pe. Pero Doménech*, de 5 de agosto de 1552 (26).

Convém notar preliminarmente que, redigida pelo Pe. *Francisco Pires*, termina:

"*De vuestros hermanos  
Diego Tupinambá Peribira  
Mongetá Quatiá*".

Tomando tôda esta última linha como assinatura, eis como o Pe. Leite a traduz:

*Diego* — *Diego*, nome de batismo;

*Tupinambá* — da tribo tupinambá;

*Peribira* — da familia Peribira;

*Mongetá Quatiá* — de escola escolar.

Desta interpretação tupi, tão laboriosa quão ingênua, colhida nos dicionários guaranis, de Montoya (1), segundo se lê nas explicações acompanhantes, salvam-se infelizmente apenas as duas primeiras palavras: *Diego Tupinambá*, o apelido efetivo do menino que desempenhou a função de amanuense. A compreensão das três restantes depende principalmente do conhecimento da gramática e de certas deficiências dos tupis na articulação de palavras estranhas à morfologia da língua brasileira.

Começemos por *Peribira*.

Parece quase sempre exagerada a maneira por que os tupis transformam os nomes portugueses:

*Selvagem* era pronunciado *saravaia*;

*castelhano* vira *cassiana*;

*Lourenço* é para eles *Rorē* e *Francisco* aparece disfarçado em *Pancicu*.

À vista destes poucos exemplos já não se estranhará que os índios reduzissem *Padre Pires* a *Peribira*. É ele quem ditou a carta e cujo nome corresponde na citação a um complemento nominal, um genitivo.

*Mongetá* (= *monguetá*) é o infinitivo em função substantival, que tem o sentido de *falar, a fala, o ditado*.

*Quatiá*, entretanto, é o gerúndio do verbo *qualiara* — *riscar*, *escrever* e, assim, se traduz por *escrevendo*, a *escrever*.

Em *Diego Tupinambá Peribira mongetá quatiá*, já que a língua tupi não possui, nem verbos auxiliares, nem pronomes relativos, temos assim literalmente e sem adivinhações:

“Diego Tupinambá,  
(que) do padre Pires o ditado  
(está) escrevendo.”

Tudo muito simples e claro, mas naturalmente algo diverso da tradução do Pe. Serafim (24<sup>a</sup>).

#### O AUTO DE SÃO LOURENÇO

Profundamente lastimável, incompreensível mesmo à vista das persistentes críticas antigas, é que Serafim Leite sancionasse com elogios e transcrição na sua *História*, com pequenas correções de linguagem, um trecho do *Auto de São Lourenço* na ver-

- v. 593 — *S. Sebastião abe*
- v. 594 — *marana rerecoaroera*
- v. 595 — *Tamüya quireibaguera*
- v. 596 — *omôbab erimbae*
- v. 597 — *nitibangai çetâbuera*
- v. 598 — *Opa Paranapucu*
- v. 599 — *Yacutinga, Moroi*
- v. 600 — *Çarigueya, guiriri*
- v. 601 — *Pindoba, Rarigoaçu*
- v. 602 — *Curuça, Miapeig* (29)

*Tradução de João da Cunha*

- v. 593 — . . . . .
- v. 594 — . . . . .

são (??) portuguesa perpetrada por um tal Pe. João da Cunha (27), que representa uma das mais deslavadas mistificações literárias já cometidas.

Para fundamentar estes nossos reparos reproduzimos abaixo, em primeiro lugar, o texto tupi, de Anchieta. Mantivemos nêlé a grafia do manuscrito reproduzido por Maria de L. de Paula Martins (28).

A seguir transcrevemos a versão fantasiada de João da Cunha como figura na *História*, de Serafim Leite, opondo-lhe a nossa tradução, que diverge em alguns pontos da de Paula Martins, sem contudo alterá-la na essência.

A fim de arredondar a peroração do anjo, da qual faz parte a transcrição de Serafim Leite, que supostamente corresponde aos versos tupis de número 595 a 609 da edição de Paula Martins, acrescentamos-lhe dois versos no início e três no fim do texto original e da nossa tradução.

- v. 603 — *Jabebiraçic tapera*
- v. 604 — *aqueime niporetai,*
- v. 605 — *Yauye muamaroera*
- v. 606 — *oyoibiri, çombuera*
- v. 607 — *parana ibiri ycoai.*
- v. 608 — *Çauçupara Aiuruiuba*
- v. 609 — *mocaba ogoeru tenhe*
- v. 610 — *yabaete muru çupe*
- v. 611 — *S. Sebastião ruuba*
- v. 612 — *S. Lço. piribe*

*Tradução nossa* (30)

- São Sebastião também,
- Que foi padroeiro das lutas,

- |  |   |
|--|---|
| v. 595 — Dai-lhe tôda a atenção,                   | — Os tamoios, que eram valentes,                                |
| v. 596 — Acabe-se o antigo rito,                   | — Aniquilou de há muito.  |
| v. 597 — Não haja aqui mortandade,                 | — Já nada existe do seu domínio.                                |
| v. 598 — Acabem-se os feitiços,                    | — Desapareceram: Para a ã -<br>-Pucu, <sup>(31)</sup>           |
| v. 599 — E o augúrio que vós tí-nheis              | — Jacutinga, Moroí,   |
| v. 600 — Nas aves e feras do mato,                 | — Sarigüeia, Guiriri,   |
| v. 601 — Não adoreis a palmeira.                   | — Pindoba, Rari-Guaçu,  |
| v. 602 — A cruz haveis de adorar <sup>(29)</sup> . | — Curuçá, Miapéí.   |
| v. 603 — Não façais mal a ninguém,                 | — A tapera de Jabebyr-acyca                                     |
| v. 604 — Amai-vos entre vós mesmos,                | — De longa data não era populosa.                               |
| v. 605 — Não sejais enredadores,                   | — Vencidos os recalcitrantes,                                   |
| v. 606 — Lembrai-vos dos vossos mortos,            | — Lado a lado <del>M</del> ouveram os seus cadáveres. <i>1j</i> |
| v. 607 — Não vos lembreis das ofensas,             | — Alguns raros ainda vivem ao longo do mar.                     |
| v. 608 — E não sejais invejosos,                   | — Os seus amigos franceses                                      |
| v. 609 — Não tireis frechas às gentes, etc.        | — Debalde trouxeram armas de fogo.                              |
| v. 610 — . . . . .                                 | — Terríveis foram para os malditos                              |
| v. 611 — . . . . .                                 | — As frechas de São Sebastião                                   |
| v. 612 — . . . . .                                 | — Conjuntas às de São Lourenço.                                 |

Nada precisamos acrescentar ao confronto das incríveis fantasias do Pe. Cunha com a verdadeira tradução; o cínico embuste salta aos olhos de qualquer leigo desprevenido e foi como tal verberado repetidamente. O impostor, perito no processo de canonização de Anchieta (!), só identificou realmente três palavras nos poucos versos tupis

transcritos: *curuçá* — *cruz*; *pindoba* — *palmeira e ceombuera* — *mortos, cadáveres*.

E, nestas condições, o arremate ditirâmico do II tomo, baseado em tal fraude, um escárnio aos tupinistas e dramaturgos jesuítas, converte-se em ironia cruel numa obra apolódica do tomo da *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

Singular é a contribuição do Pe. Serafim Leite aos estudos biobibliográficos, tanto pelas informações novas relativas aos tupinistas jesuítas, colhidas em grande parte nos arquivos reservados da Companhia, como ainda indiretamente pelas discussões provocadas por algumas dúvidas levantadas em torno a certas autorias.

Eram mal conhecidas ou totalmente ignoradas a competência e contribuição de vários lingüistas exímios. Ignoravam-se quase todos aquêles tupinistas cujo nome não encima alguma das raras publicações.

O mais destacado em nossas bibliografias tupis foi sempre o Padre Anchieta. Estranhamente, Serafim Leite acata-lhe a prerrogativa com visível relutância, a despeito de ter sido o primeiro a apreender ao tupi a índole e os cânones fundamentais da sua estrutura e caber-lhe também, ao lado de outras composições brasílicas autógrafas, a redação final da *Arte* de uso geral entre os jesuítas da época e finalmente publicada no seu nome, em 1595, o que não exclui hajam sido perfilhadas, *pelo autor*, sugestões de outras sumidades, no decurso de quarenta anos<sup>(32)</sup>.

Além disso ainda se faz mister, nesta altura, frisarmos, que uma expressão infeliz do comentarista pode raiar por desnor-teante difamação. É o caso do seguinte conceito dúbio inserto na *História* sobre a *Arte* de An-

chieta: "Nóbrega nomeou-o (Anchieta) mestre de gramática latina em São Paulo. E êle, ao mesmo tempo que ensinava, aprendia; em pouco tempo, *moldou, por aquela, a língua tupi*"<sup>(33)</sup>.

Evidentemente, a intenção de Serafim Leite não foi afirmar o que aí se lê, pois Anchieta nada moldou na *língua* tupi. O que êle fez foi apenas adaptar aos fatos lingüísticos e à estrutura genuinamente tupis a terminologia e a disposição da gramática latina, o que é algo diverso. Já nos referimos a essa acusação, descabida e repetida por críticos mal informados, em nosso livro *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis*, pp. 38-54.

Infelizmente nenhuma notícia nos pôde dar o Pe. Serafim Leite sobre os sermões e as explicações do catecismo redigidos em tupi pelo grande língua Leonardo do Vale<sup>(34)</sup>. Seriam valiosos complementos aos escasos textos hoje ao nosso dispor.

Com referência à *Doutrina*, já não podemos falar em autoria única. Começada a tradução pelo Pe. Azpilcueta Navarro, trabalharam nela diversos entendidos, inclusive Anchieta, segundo afirma Quirício Caixa<sup>(35)</sup> e se depreende da licença e censura estampadas nas primeiras páginas da *Arte*. Essa autoria múltipla vem expressamente admitida pelo provincial Marçal Beliarte<sup>(36)</sup> e confirmada no frontispício da primeira edição, de 1618<sup>(37)</sup>, a que deu

a última demão Antônio de Araújo.

O que se deu com o *Catecismo* deve ter acontecido na elaboração do *Vocabulário na língua brasileira*. Entretanto, à vista da documentação dada a conhecer por Serafim Leite, dificilmente se poderá hoje pôr em dúvida que o arranjo fundamental do que se conhece e se pretendia publicar pertence ao Pe. Leonardo do Vale. Mas, diga-se sem reboços, se o catecismo tupi supera o guarani de Montoya, o conteúdo do *Vocabulário* está longe de poder ombrear-se com os léxicos guaranis de Montoya e Restivo. Faltaram aos nossos jesuítas a quietude, os lazes e, quem sabe, a confiança dos seus colegas do Prata no futuro da língua.

Nas apreciações das peças teatrais quer-nos parecer que faltou a Serafim Leite a indispensável isenção no que diz respeito aos diálogos tupis. O seu conteúdo não presume apenas boas noções da língua, mas ainda dos costumes e da mentalidade dos índios, e, nesse conjunto de conhecimentos, aliado à reconhecida propensão e longa prática na matéria, nenhum jesuíta da época se avantajava ao Pe. Anchieta.

Futuras revelações dos arquivos talvez forneçam esclarecimentos que permitem delimitar melhor o quinhão pessoal de cada qual dos nossos tupinistas.

Nas notas biobibliográficas dos tomos VIII e IX da sua *História*, Serafim Leite teve o

cuidado de indicar de todos os estudiosos do tupi a amplitude dos seus conhecimentos lingüísticos e mencionar os escritos que se lhe atribuem. São dados preciosos colhidos nas mais diversas fontes.

Através destas múltiplas revelações sabemos também que, para dinamizar a conversão dos índios, o Padre Geral Acquaviva chegou a subordinar a ordenação dos jesuítas no Brasil ao conhecimento da língua brasileira. Tal ordem taxativa foi, aliás, atenuada em certos casos<sup>(38)</sup>. Mas que ela tinha a sua razão de ser se vê numa carta do Pe. Manuel Viagas<sup>(39)</sup> e noutra do Pe. Simão Travassos<sup>(40)</sup>, denunciando que nas duas últimas décadas do Quinhentos já muito poucos nela se queriam aperfeiçoar, ainda que, para o próprio provincial Marçal Beliarte, o conhecimento da língua brasileira suprisse no Brasil a Teologia para alguns<sup>(41)</sup>.

A aversão crescente ao estudo acurado do tupi aí denunciada só se explicaria então pela ausência de espírito missionário.

Entretanto, menos de um século depois o rápido decréscimo da população tupi costeira e a sua diminuta penetração pelo Interior devia acentuar o desprestígio de tais estudos pelo menos até o Maranhão.

Mesmo a língua-geral popular, simulacro do tupi original, desapareceria aos pou-

cos, mas não sem legar-nos, da sua efêmera hegemonia, o perecunho privativo dos mi-

lhares de nomes, no domínio da nossa Geografia, Botânica e Zoologia.

FREDERICO G. EDELWEISS

- 1 Edelweiss, *Estudos tupis...*, p. 109-58.
- 2 Leite, "O primeiro vocabulário tupi-guarani". In: Id. *Páginas de história...*, p. 63-9.
- 3 Leite, *História da Companhia...*, v. 2, p. 550.
- 4 Ibid., v. 3, p. 263.
- 5 Ibid., v. 2, p. 551.
- 6 Ibid.
- 7 Ibid., v. 6, p. 502.
- 8 Ibid., nota. Pela mesma razão, a famosa lagoa de Itapuã na Bahia não é Lagoa de Abaeté, mas *Lagoa Abaité* (Lagoa Fatídica), nome que traduz os freqüentes afogamentos um tanto misteriosos que nela se registram.
- 9 Morais, "História da Companhia...", p. 31. *Abúnas* (assim chamam aos padres da Companhia).
- 10 Leite, *História da Companhia...*, v. 3, p. 6.
- 11 Ibid., p. 7.
- 12 Vieira, "Relação da missão...", p. 457, fala no *Demônio Grande*, mas dá-lhe o nome tupi de *Taguaibunuçu*. Como Vieira era contemporâneo do Pe. Luis Figueira, merece mais fé do que os cronistas posteriores. O *vocabulário na língua brasileira*, dos jesuítas, dá para *diabo* o genérico *anhangá* e, em funções específicas, *curupira*, *taguaiba*, *jurupari* e outros. *Taguaib-un-uçu*, embora citado em português como *diabo grande*, é pois, mais exatamente, *diabo preto grande*. Mais tarde, com a promoção de *jarupari* a genérico, em lugar de *anhangá*, evolução que se operou no Norte, alguns cronistas retraduziram *Diabo Grande* por *jurupariguaçu*, palavra que no nheengatu se transformou em *jurupari-açu*, forma inadmissível no tupi.  
*Jurupari* não passa de intruso amazônico relativamente recente na mitologia tupi. Do Centro para o Sul era figura desconhecida. Os comentários, que lhe tece Serafim Leite de segunda mão, são pois muito questionáveis. Vide Edelweiss, *Estudos tupis...*, p. 101-217.
- 13 Morais, "História da Companhia...", p. 31, onde se lê *amanay*, mas o Pe. Morais não dá a tradução da palavra.
- 14 Ibid., p. 42. Ele traduz *y-guaçu-mirim* por *água pouco quente*. Ora, *y-guaçu-mirim* significa sem dúvida alguma *pequeno rio grande*, nome que, a despeito do aparente disparate, se explica facilmente. Haveria dois índios de nome *Y-guaçu*. Para evitar confusões, o de tamanho ou ascendente menor passou a chamar-se *Y-guaçu-mirim*.

*Água pouco quente*, ou seja, *água morna*, é *y racu aiba* em tupi. Entretanto, no brasileiro, temos em seu lugar *y acu mirim*. Vide Arronches, O caderno..., verbetes *água quente e morna couisa*.

É *dêsse y acu mirim*, lido *y açu mirim*, que é o correspondente brasileiro do tupi *y guaçu mirim*, que o Pe. Morais tirou a sua tradução! O termo deve ter tido origem num autor, que ouvindo falar em *Pequeno-Rio-Grande*, retraduziu-lhe o nome do dialeto brasileiro, como se fôsse língua indígena original, por *Y-açu-mirim*. Um copista pouco versado terá escrito *Y-acu-mirim*, de onde a tradução correta de *água morna*, mas que naturalmente não corresponde ao nome efetivo *Y-guaçu-mirim*, constante da documentação primária.

15 Leite, *História da Companhia...*, v. 4, p. 158.

16 *Ibid.*, v. 6, p. 479-500.

17 *Ibid.*, p. 502, nota.

18 Trata-se aí de certos feiticeiros, que se arvoraram a filhos de anjos, conforme relata o Pe. Inácio de Sequeira. Vide: *Ibid.*, p. 500.

19 *Ibid.*, v. 3, p. 196.

20 Edelweiss, *Estudos tupis...*, p. 69-79.

21 Leite, *História da Companhia...*, v. 6, p. 358-62.

22 *Vocabulário na língua brasileira*. No brasileiro, a língua geral do Norte, preferiram denominar o *rosário de moy-curuçá, cruz de contas*, uma descrição sumária do *térço*.

23 Leite, *História da Companhia...*, v. 3, p. 38.

24 *Tobajara* tanto significa *fronteiro, inimigo, contrário*, como *cunhado*.

25 Leite, *História da Companhia...*, v. 4, p. 153.

26 *Cartas dos primeiros jesuitas do Brasil, 1538-1553*. Coimbra. Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1956. p. 375-92.

26a. A nota final de Leite, *História da Companhia...*, v. 9, p. 62, não tem assim razão de ser.

27 *Ibid.*, v. 2, p. 613. — Cf. Barbosa, A. Lemos. *Auto de São Lourenço. Verbum*. Rio de Janeiro, PUC, 7: 201-47, 1950.

28 Anchieta, *Auto representado...*

29 Serafim Leite suprimiu *êsse verso onde*, segundo Cunha, o Pe. Anchieta recomenda a herética adoração da cruz. A supressão sem aviso é um procedimento *dúbio*, que tanto compromete o historiador quanto o companheiro de Ordem suspeito.

30 Acima de tudo, procuramos manter o sentido, o que impede, aqui e ali, a tradução servilmente literal.

31 Enumera *tôdas as tabas desaparecidas com a conquista da Guanabara aos franceses*. Referimo-nos a ela em nosso estudo histórico-etimológico, *Os topônimos indígenas...*

32 Leite, *História da Companhia...*, v. 2, p. 558.

33 *Ibid.*, p. 549.

34 *Ibid.*, v. 9, p. 170-1.

35 Leite, "A primeira biografia inédita de José de Anchieta". In: *Id. Páginas de história...*, p. 157.

36 Em carta de 20 de setembro de 1592, o Provincial do Brasil, Pe. Marçal Beliarte, pediu ao superior da Ordem licença para a impressão da *Doutrina Cristã* e da *Arte* na língua brasileira. Nela, ocorrem os dois trechos seguintes: "..... Quanto à *Doutrina*, quarenta anos há que se compôs e até agora sempre se ensinou, apurando-se e emendando-se, assim no tocante à teologia como na língua. E, ..... parece que não há já que emendar, como as melhores línguas, que há, dizem ....."

Com respeito à gramática, acrescenta: "..... A *Arte*, outro tanto há que se compôs, mas sempre se foi apurando ..... Está a contento das grandes línguas....."

Leite, *História da Companhia...*, v. 2, p. 558.

37 "Composto a modo de diálogos por padres doctos e bons línguas da Companhia de Jesus".

38 Leite, *História da Companhia...*, v. 2, p. 563-4.

39 Ibid., v. 9, p. 384-5.

40 Ibid., v. 2, p. 564-5.

41 Ibid., p. 563.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Memória para a história do extinto Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro, 1860-1874. 2v.

ANCHIETA, José de (SJ). *Auto representado na festa de São Lourenço*. Peça trilingüe do século XVI, transcrita, comentada e traduzida na parte tupi por Maria de Lourdes de Paula Martins. São Paulo, Museu Paulista, 1948 (Documentação lingüística, 1).

ARRONCHES, João de (Frei). O caderno da língua. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, 21, 1937.

EDELWEISS, Frederico G. *Camarajipe e Lagoa Abaité*. Salvador, Centro de Estudos Baianos, 1969 (Pub. 57).

———. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro, Liv. Brasiliana, 1969.

———. Os topônimos indígenas do Rio de Janeiro quinhentista. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 275: 80-134, 1968.

———. *Tupis e guaranis*. Salvador, Museu do Estado da Bahia, 1947.

FIGUEIRA, Luis (Pe.). "Relação da missão do Maranhão". In: LEITE, Serafim (SJ). *Luis Figueira*. Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940. p. 105-57.

LEITE, Serafim (SJ). *Cartas dos primeiros jesuitas do Brasil*. Coimbra, 1956. v. 1.

———. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro, 1938-1950. v. 2, 3, 4, 6.

———. *Luis Figueira*. Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940.

———. *Páginas de história do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1937 (Brasiliana, 93).

MORAIS, José de (Pe.). "História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará". In: ALMEIDA, Cândido Mendes de, op. cit., v. 1.

VIEIRA, Antônio (SJ). "Relação da missão da Serra de Ibiapaba". In: ALMEIDA, Cândido Mendes de, op. cit., v. 2, p. 455-501.

*Vocabulário na língua brasilica*. Introdução de Plínio Aurosa. São Paulo, Departamento de Cultura, 1938 (Pub. 20). Trata-se do vocabulário tupi dos jesuitas.